

## **RELAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS DOS DOCENTES DO ENSINO REGULAR E DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO REALIZADO NO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES/RN**

Amanda Rodrigues Gomes Lacerda (1); Janaina Bezerra da Silva (2); Marciel Carlos de Sousa (3); Suelda Maracio da Silva Lopes (4); Disneylândia Maria Ribeiro (5)

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, [mandinha.87@hotmail.com](mailto:mandinha.87@hotmail.com); [janaina\\_janna9@hotmail.com](mailto:janaina_janna9@hotmail.com); [ciel\\_mc@hotmail.com](mailto:ciel_mc@hotmail.com); [sueldalopes@hotmail.com](mailto:sueldalopes@hotmail.com); [d-landia@hotmail.com](mailto:d-landia@hotmail.com).*

**Resumo:** No contexto de emergência por uma educação inclusiva é implementado no Brasil o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma política pública que visa criar condições de acesso e permanência aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo analisar a relação existente entre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do ensino regular e as atividades desenvolvidas pela profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em uma escola pública do município de Luís Gomes/RN. A pesquisa adere a abordagem qualitativa e foi realizada por meio de um estudo descritivo, no qual num primeiro momento fez-se um levantamento bibliográfico e, posteriormente, para a obtenção dos resultados empíricos, foi aplicado um questionário à três professoras das salas de ensino regulares e uma professora do Atendimento Educacional Especializado. Os resultados obtidos a partir da coleta desses dados possibilitaram conhecer a realidade dessas professoras, que, em meio às dificuldades, tais como a falta de formação específica à inclusão e a dificuldade de manter contato com professoras das outras escolas, buscam manter um certo contato entre si para refletirem acerca dos alunos com necessidades educacionais especiais presentes em suas salas de aula. Estas profissionais realizam atividades diversificadas com o intuito de satisfazer as necessidades de aprendizagens de todos os alunos. À guisa de conclusão ressalta-se que tais práticas ainda não propiciam efetivamente o processo de inclusão haja vista que é necessária uma relação mais articulada entre os profissionais e todos os seguimentos da escola, no sentido de empreender ações colaborativas para remover às barreiras a aprendizagem de todos os estudantes.

**Palavras-chave:** Inclusão, Sala regular, Atendimento Educacional Especializado.

### **INTRODUÇÃO**

Neste trabalho abordamos o tema da inclusão educacional nos anos iniciais do ensino fundamental com o objetivo de analisar a relação existente entre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do ensino regular e as atividades desenvolvidas pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais em uma escola do município de Luís Gomes/RN.

A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas regulares é uma realidade recente que tem causado muitas inquietações entre educadores; segundo Sasaki (1997), foi na década de 90 que surgiu parte da literatura relacionada às práticas inclusivistas na educação tendo em vista fatos ocorridos no final dos anos 80.

Antes de instituir-se o termo *inclusão* falava-se em *integração*, um paradigma que orientou as práticas educacionais nas décadas de 70 e 80; um modo de adaptar os indivíduos com necessidades educacionais especiais em ambientes ditos “normais”. No ambiente educacional esses alunos percorriam as escolas regulares de maneira que havia um tipo de educação especial segregada direcionada a elas. De acordo com Mantoan (2006, p.15) “trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados”.

Diferente da integração, na inclusão os alunos com deficiência não são separados dos demais alunos, a educação ocorre num processo de igualdade, respeitando os limites de todos, segundo Mantoan (2006, p.16):

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceções devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

O processo da inclusão é assegurado por lei, a LDB 9.394/96, que ao relatar sobre a Educação Especial, no capítulo V, deixa evidenciado no Art.58 que é uma modalidade de ensino oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e que

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996)

Nesse sentido o Atendimento Educacional Especializado é ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais às crianças matriculadas no ensino regular. Trata-se de uma ação conjunta com as demais práticas pedagógicas e não deve ser confundida com aulas de reforço escolar. Como diz nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica “A educação especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino tendo como parte integrante do processo educacional” (BRASIL, 2009). Entende-se por integrante quando se realiza de forma conjunta, não isoladamente, esperando-se que haja uma parceria adequada com o professor da sala de aula regular, a fim de atender às especificidades dos alunos com deficiência garantindo-lhes a possibilidade de aprendizagem escolar; é nesse sentido que este trabalho se justifica.

## **METODOLOGIA**

Realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, esse tipo de pesquisa segundo Minayo (2008, p.21) “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças e das atitudes”. Quanto aos objetivos esta pesquisa se caracteriza como descritiva na qual se realiza o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador (BARROS e LEHFELD, 2007). O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário semiestruturado aplicado a três professoras das salas de aulas regulares dos anos iniciais do ensino fundamental, nas quais foram matriculados alunos com deficiência, e à professora que realiza Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais de uma escola de Luís Gomes/RN.

## **O PROCESSO DA INCLUSÃO E AÇÃO DOS PROFESSORES**

A inclusão é um paradigma social e educacional, no qual as instituições precisam se adaptar para responder às necessidades de todos os indivíduos. No início da década de 90 viveu-se um momento de transição entre as práticas de integração e inclusão. Um processo que levou a sociedade e todos os seus segmentos a passarem por mudanças e transformações, onde as pessoas com necessidades educacionais especiais já não têm a obrigação de se adaptarem ao meio, mas a própria sociedade que, a partir desse movimento, deve se adequar para que a inclusão desses indivíduos aconteça de fato. Nessa mesma década, Sasaki (1997, p.42) descreveu a inclusão social como:

[...] um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meio de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais

Dentro do processo de inclusão escolar não há separação ou distinção entre nenhum indivíduo. Para Mantoan (2006), a inclusão não se limita aos alunos com algum tipo de deficiência nem com dificuldades de aprendizagem, mas a todos de forma geral, para que tenham sucesso na educação. Para facilitar esse processo de inclusão, no Brasil, pensou-se em uma política, cuja conotação do termo Educação Especial, com o advento das discussões sobre inclusão, passou a ser utilizado no sentido de Atendimento Educacional Especializado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/1996 regulamentou o Atendimento Educacional Especializado que consiste em um serviço educacional ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais, preferencialmente, na rede pública de ensino destinado a colaboração do processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, oferecendo um atendimento no contraturno da aula regular, com intuito de desenvolver e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade com vistas a eliminação das barreiras à aprendizagem do público-alvo da educação especial.

O profissional do AEE deve estar apto a desenvolver as atividades, obtendo conhecimentos específicos à Educação Inclusiva e as necessidades educacionais especiais, para oportunizar aos seus alunos um aprendizado mais amplo e pleno possível. A LDB 9.394/96 no parágrafo III do Art.59 elenca como critérios para atuação no AEE “professores com especialização adequada em nível médio ou superior para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educando nas classes comuns” (BRASIL, 2009) e ainda conforme diz nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica de 2009 que “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para Educação Especial” (BRASIL, 2009)

Com base no pensamento de Mercado (1999) dentro da formação docente faz-se necessário buscar novos conhecimentos agregando os recursos tecnológicos, ingressar na formação continuada, valorizar a interação e a aprendizagem colaborativa, bem como a prática pedagógica docente como subsídio de reflexão, pesquisa e conhecimento, e despertar o pensamento autônomo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Todos os sujeitos da pesquisa são do sexo feminino, com idades entre 38 e 41 anos, todas com formação acadêmica em Pedagogia. Duas das três professoras das salas regulares possuem pós-graduação lato sensu em Supervisão Escolar e em Novas Tecnologias da Educação. A terceira professora é especialista em Psicopedagogia Institucional e em Literatura e Ensino. O tempo de docência dessas professoras é de 14 a 20 anos. Já a professora do AEE é especialista nas áreas de Supervisão Educacional, Novas Tecnologias da

Educação e em Atendimento Educacional Especializado (AEE), com 17 anos de docência, sendo 10 anos na Educação Especial.

Em relação ao número de alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aula regulares destas professoras, consta a presença de um aluno em cada uma dessas turmas, com as seguintes necessidades educacionais especiais: um aluno com deficiência visual, um aluno com “diversas síndromes” (relato da professora), e um aluno com atraso mental, que atinge sua voz e sua coordenação motora, ambos os alunos estão também matriculados na sala do AEE. Porém, uma das professoras (professora do aluno com deficiência visual) afirmou que na sua sala tem também um aluno que ela considera com necessidades educacionais especiais, mas que não tem o diagnóstico de um profissional especializado, e que este não está matriculado no AEE. Quanto ao número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na Sala de Recursos Multifuncionais, consta um total de 17 alunos - com síndrome de Down, deficiência visual, paralisia cerebral, e outras; são alunos vindos também de outras escolas do município.

Partindo para a questão que foi colocada para saber se as professoras têm dificuldades para incluir esses alunos em suas salas de aula, ambas responderam que sim. Já a professora do AEE alegou não ter nenhuma dificuldade com os seus alunos com necessidades educacionais especiais. Vejamos no quadro a seguir as respostas obtidas pelas professoras das salas regulares quanto as dificuldades encontradas para a inclusão dos seus alunos:

**Quadro 1** Principais dificuldades encontradas no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais

<b>Professoras</b>	<b>Respostas</b>
1	Falta o professor cuidador; acompanhamento familiar; a própria relação entre os alunos, pois os mesmos apresentam problemas de indisciplina.
2	Não ter tido uma formação para trabalhar com as especificidades, as limitações apresentadas pelo aluno.
3	A dificuldade de ser sozinha em sala de aula e estes alunos não terem paciência em interagir com o conteúdo. Sua aprendizagem é lenta. Tenho que planejar atividades diferentes, parte escrita. As discussões orais o integro de forma geral aos outros alunos

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Percebemos nas respostas apresentadas por essas professoras que suas dificuldades estão relacionadas, principalmente, a falta de acompanhamento de um auxiliar ou professor cuidador na sala regular, as limitações apresentadas pelas próprias crianças com necessidades educacionais especiais, e a falta de formação para se trabalhar com as especificidades dessas crianças. De acordo com o Projeto de Lei nº 8.014-C/ 2010 será assegurado às crianças com necessidades especiais a presença de um cuidador para atender as necessidades pessoais desse educando na instituição de ensino onde este encontra-se matriculado; porém, nota-se a inexistência desse apoio, no que desrespeita ao professor auxiliar ou professor cuidador, nas salas das professoras citadas na pesquisa.

Na LDB em vigor, Art. 58 relata que é assegurado aos educandos com necessidades educacionais especiais, professores com especialização adequada para o atendimento especializado, assim como professores capacitados nas classes comuns; o que, percebe-se também, de acordo com as respostas citadas no quadro acima, a falta de capacitação dessas professoras das salas de aula regulares.

Em relação à questão sobre como acontece o planejamento das aulas, e com quem costuma-se planejar, ambas as professoras afirmam que acontece de forma semanal na sala de departamento e com os demais professores da escola e toda a equipe pedagógica; a professora 3 relata que “não há uma discussão sobre como o professor anda em sala de aula, [...] o aluno está dentro da escola, mas, ainda está para ser inserido e o professor fica com incumbência de trabalhar com estes alunos sem ter um suporte maior de formação. O que vai, também, de encontro com o Art. 59 da LDB supracitado. A professora do AEE, em relação a este questionamento, relatou que o planejamento acontece em conjunto com as demais professoras da escola sob a orientação do suporte pedagógico.

No quadro abaixo apresenta-se as respostas das professoras quanto as atividades que as mesmas realizam para incluir os alunos com necessidades especiais em suas salas.

#### **Quadro 2** Atividades realizadas pelas professoras com vistas à inclusão desses alunos

<b>Professoras</b>	<b>Respostas</b>
1	Com roda de conversas; fichas; cartazes; música; brincadeiras
2	Envolvendo-o nas atividades propostas

3	Atividades lúdicas que envolvam troca, partilha de ideias dos alunos, brincadeiras que envolvam movimentos corporais, dança, atividades que convidem o aluno a participar.
---	--

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Percebe-se que, mesmo sem muita capacitação, as professoras das salas regulares buscam, de forma criativa, incluir todos os alunos em suas aulas, tentando envolvê-los nas atividades através da ludicidade. Calmo (1997) mostra que os professores buscam deixar apenas a repetição e reprodução de conhecimentos e começam a realizar diversas alternativas imbuídas em seus desejos, a fim de construir juntamente com os alunos a capacidades de pensar ao mesmo tempo que aprendem a fazer.

Partindo para a questão se as professoras das salas regulares tinham conhecimento das atividades realizadas pela professora do AEE, as respostas foram “sim”, “não” e “em parte”. As que responderam “sim” e “em parte” relataram que essas atividades se realizam através de jogos, vídeos, brincadeiras, pinturas, recorte, colagem, atividade escrita no caderno, dentre outras. Da mesma forma foi questionado à professora do AEE sobre as atividades realizadas nas salas regulares, a mesma relata que as atividades ocorrem “de forma satisfatória uma vez que existe uma preocupação em incluir de fato, os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais nas diversas atividades desenvolvidas em sala de aula”.

A seguir apresenta-se o quadro com as respostas das professoras das salas regulares assim como da professora do AEE sobre como é estabelecida o contato entre elas para discutir sobre os alunos com necessidades especiais.

**Quadro 3** – Respostas das professoras sobre o contato que se estabelece entre as professoras das salas regulares e a profissional que atua no AEE

Professoras	Respostas
1	Esse contato acontece durante as aulas de departamento e no dia a dia das aulas.
2	Estabelecemos o contato semanal, mas que precisa ser enfático em relação a aprendizagem do aluno.
3	Na verdade, não há esse diálogo planejado, as vezes algumas conversas paralelas a outras.

Professora do AEE	O diálogo entre o professor do AEE e os demais professores que atuam nas salas regulares, acontece de forma contínua, sobretudo com os que lecionam na Escola Municipal Maria Fontes da Rocha – “Dona Maroca”, ficando um pouco a desejar com os professores que trabalham em São Bernardo, Zéo Fernandes, e Professor Dubas, haja vista a incompatibilidade de horários de trabalhos, e, especialmente de planejamentos, o que dificulta o trabalho tanto dos referidos professores, como o do AEE
-------------------	---

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Neste ponto percebe-se que há uma interação entre as professoras da referida escola, mesmo que esporadicamente, como ficou relatado na resposta da 3ª professora da sala regular, deixando a desejar com as professoras das salas regulares das demais escolas, como relatou a professora do AEE. Com base no Art. 12. da Resolução nº 4/2009 que declara que uma das atribuições do professor do AEE é “estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços [...] que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares”; nota-se que as professoras das salas regulares da referida escola onde funciona o AEE, juntamente com a professora do AEE, embora não tenham uma formação continuada para a inclusão (no caso das professoras das salas regulares), estão preocupadas em estabelecer esse contato, mesmo que ainda de uma “forma não planejada, conforme apresenta a professora 3, para facilitar o processo de inclusão dessas crianças com necessidades educacionais especiais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões dos autores apresentadas no decorrer deste trabalho e nos dados obtidos com a aplicação dos questionários, podemos concluir que apesar das dificuldades encontradas para se conseguir incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, as professoras pesquisadas buscam atividades diversificadas com o intuito de satisfazer as necessidades de aprendizagens de todos os alunos, assim como buscam conhecer as atividades que são propostas tanto nas salas regulares quanto no Atendimento Educacional Especializado. No entanto, ainda há muito o que ser trabalhado para que a inclusão aconteça de fato em ambas as situações, como por exemplo, a garantia de formação continuada na área das deficiências, das metodologias de ensino colaborativo e da

utilização de tecnologias assistiva na escola, bem como, um planejamento mais consistente entre os professores das salas regulares e do AEE da referida escola, como também as demais escolas que tenham alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no AEE.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neile Aparecida de. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009

BRASIL. Projeto de Lei N.8.014-C (Câmara dos Deputados), 2010. Acrescenta parágrafo ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <  
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/832529.pdf>>. Acesso em: 31 maio de 2017.

CAUMO, Teodósio. O que os novos tempos exigem do professor no ensino universitário. **Educação**. Porto Alegre, V. 20, n.32, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**- O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e as novas tecnologias**. Maceió: Edufal, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social, IN \_\_\_\_\_ **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade Para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.